

A CONSOLIDAÇÃO DA IMAGEM DO IMPERADOR D. PEDRO II: VIAGEM À PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO EM 1859

Ana Cristina Bezerra Costa[1]

Resumo
A viagem da comitiva imperial ao norte do país em 1859, apesar dos objetivos primordialmente políticos, não pode ser dissociada do seu caráter de fortalecimento da imagem do Imperador e da monarquia brasileira. Este estudo tem por finalidade analisar os passos de D. Pedro II em Pernambuco procurando identificar os diversos eventos em que tomou parte e quais os objetivos embutidos nos aparecimentos reais.

Palavras-chave: D. Pedro II. Viagem ao Norte do País 1859. Província de Pernambuco.

Introdução

Em 1859 a Coroa brasileira enfrentou uma séria crise de governabilidade. Naquele ano, discussões sobre a proposta de reforma bancária agravaram bastante os conflitos entre o Gabinete Ministerial e a Câmara de Deputados. A reforma era fundamental para o governo conseguir controlar a explosão do crédito e o risco de quebra do sistema financeiro nacional, gerada pela política bancária implementada pelo gabinete anterior. A nova proposta objetivava a contração da economia, com encarecimento do crédito e a restrição das emissões bancárias[2]. Apesar de aprovada, os debates sobre a questão bancária, acabaram por fracionar o já

[1] Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco – Mestrado Profissional em História, concluído em novembro/2019. E-mail: anacbcosta1701@gmail.com.

[2] Bernardo de Souza Franco, ministro da economia do gabinete do Marquês de Olinda (1857-1858), havia retirado do Banco do Brasil a exclusividade de emissões de notas fiduciárias além de desobrigar o lastro em metais desses papéis. Estendeu esse benefício aos bancos do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul, que lucraram imensamente emitindo papéis sem prazo nem garantia de pagamento. Houve uma explosão de crédito e agiotagem, colocando em curso uma imensurável crise no mercado financeiro. A nova proposta bancária passou a exigir que os papéis negociados pelos bancos tivessem lastro em metais, provocando uma contração violenta na oferta de crédito (SILVA, 2003, p. 264-265) Em outras palavras, para obter crédito, os bancos vendiam certificado que seriam recomprados posteriormente mediante o pagamento de juros. Já que a política bancária de Souza Campos retirou a exigência de apresentação de garantia desses papéis, temia-se à época que os bancos não conseguissem honrar a recompra e, por isso, o governo passou a exigir que, para emitir tais papéis, os bancos possuíssem em metais (ouro) o valor que garantisse a quitação.



desagregado Partido Conservador, dificultando a aprovação dos projetos do governo na câmara baixa. Para além da crise política, o Império ainda precisou lidar em 1859 com uma significativa queda de 11% na arrecadação de impostos.

A crise provocou a queda do gabinete ministerial e exigiu a intervenção direta do Imperador. Pernambuco tinha expressiva participação política e econômica no Império e os guabirus[3], como era conhecida a bancada conservadora pernambucana, também estavam divididos. Suas principais forças políticas, apesar de parentes próximos[4], encontravam-se em franca oposição quanto a questão bancária. O grupo alinhado com os Cavalcanti de Albuquerque[5] foram favoráveis a reforma enquanto os apoiadores dos Regos Barros[6] empreenderam forte oposição.

D. Pedro colocou em prática, mais uma vez, a estratégia de conciliação. Nos mesmos moldes que vinha utilizando desde 1853, convocou opositores para compor o governo nomeando dois dos deputados pernambucanos que ofereceram franca oposição à reforma para o novo gabinete ministerial (Sebastião do Rêgo Barros assumiu a pasta da Guerra e Francisco Xavier Paes Barreto, a Marinha), além de um terceiro para a presidência da província do Pará (Antônio Coelho de Sá e Albuquerque). Em acréscimo, indicou novo Presidente de província para Pernambuco (Luiz Carlos Barbalho Muniz Fiuza) e, após 12 anos sem se afastar da corte, anunciou que iria visitar o norte do país.

---

[3] A denominação “guabiru” foi dada aos conservadores ou Partido da Ordem em Pernambuco, também conhecidos como *baronistas,* em referência à Francisco do Rego Barros, o Barão da Boa Vista. O guabiru é um rato conhecido por roubar lixo e comida e o vocábulo é sinônimo de larápio, gatuno, ladrão, vigarista. Em 25/11/1844 o periódico *O Guarda Nacional* (nº 129) publicou o artigo *Nova Denominação dos Baronistas* comparando seus integrantes ao “ratinho”, que “furta, e corre, e nega, e tem mais medo de um praieiro disposto do que de tudo quanto há. Fique pois adotada a denominação... – os guabirus de Pernambuco.” (QUINTAS, 2004, p. 41).

[4] A mãe dos Rego Barros, d. Maria Ana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, era irmã de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Coronel Suassuna, pai dos Cavalcanti de Albuquerque (CADENA, 2011, p. 186).

[5] A poderosa família de senhores de engenho Cavalcanti de Albuquerque se compunha dos cinco filhos do Coronel Suassuna: Francisco de Paula (futuro Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Hollanda (futuro Visconde de Albuquerque), Luís Francisco de Paula , Manuel Francisco de Paula (Futuro Barão de Muribeca) e Pedro Francisco de Paula (futuro Barão e Visconde de Camaragibe). O outro irmão Cavalcanti, José Francisco de Paula, foi morto ainda jovem em combate na Revolução Pernambucana de 1817 (CADENA, 2011, p. 16, 20 e 60). Ocuparam postos como ministros, senadores, deputados gerais e provinciais, presidentes e vice-presidente de província conselheiros de Estado, militares, além de lente e diretor da Faculdade de Direito do Recife e grão-mestre na loja maçônica Grande Oriente Brasileiro

[6] Os proeminentes da família são Sebastião do Rego Barros e Francisco do Rego Barros, futuro Conde da Boa Vista. Ocuparam cargos de Veador da Casa Imperial, senador, conselheiro de Estado, ministro, presidente de província e deputado geral.



A viagem teve caráter fundamentalmente político e visava conciliar politicamente aquela região do país e buscar apoio parlamentar para o governo. Entretanto, a ocasião era excelente oportunidade reafirmar o poder da monarquia através do fortalecimento da imagem do Imperador, além de deixar na memória da população a figura de um monarca ciente das necessidades de seu povo, altivo, culto, religioso e benevolente (COSTA, 2019).

Além dos objetivos políticos, D. Pedro II tinha gosto pelas viagens e planejava minuciosamente todos os deslocamentos. Os roteiros eram seguidos de forma rigorosa e o Imperador anotava todos os detalhes das diversas visitas em seu diário. (CARVALHO, 2007, p. 139; BARMAN, 2012, p. 273-274).

A estada da comitiva imperial em Pernambuco

O casal imperial e comitiva permaneceram em Pernambuco de 22 de novembro até 24 de dezembro de 1859 e foram recebidos com grande entusiasmo pela população em todas as localidades que visitaram. D. Pedro, mostrou-se um governante diligente. Percorreu diversas cidades e em cada uma delas visitou incontáveis instituições, compareceu a vários eventos e recebeu inúmeras homenagens. Diariamente saía do palácio[7] por volta das 6 horas da manhã, prosseguindo, infatigável, nas diversas atividades e visitas de inspeção até a noite. Em sua estada em Pernambuco, apenas um dia foi destinado ao descanso[8] e um outro, reservado para as festividades de seu aniversário de 34 anos[9], comemorado solenemente no Recife, em 2 de dezembro (COSTA, 2019, p. 95).

Diversos eventos foram programados para a estada dos monarcas em Pernambuco e a população participou ativamente. Enquanto D. Pedro buscava apoio para o governo e fortalecimento da monarquia, os políticos locais desejavam causar a melhor impressão à comitiva imperial e pretendiam aproveitar a ocasião para conseguir apoio e investimento para a província. Participar de um evento com a

[7] A Sede do Governo Provincial, atual sede do Governo do Estado de Pernambuco, serviu como Palácio Imperial durante a estadia de D. Pedro II em Recife.
[8] Única anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 16 de dezembro de 1859: “Descansei.” (PEDRO II, 1859).
[9] D. Pedro não se refere em seu diário às solenidades promovidas por ocasião de seu aniversário, limitando-se a anotar que o dia “foi todo oficial, descansando relativamente aos outros dias e podendo ler alguns papéis e publicações que dizem respeito à Província” (PEDRO II, 1859, anotação do dia 2 de dezembro).



presença do Imperador mostrava força e influência junto à coroa e foi motivo de disputa entre as lideranças locais.

Na província, foram visitadas as localidades de Recife (onde permaneceu por 19 dias dos 32 de permanência em Pernambuco, embora não consecutivos), Olinda, Goiana, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Itapirema, Tejucupapo, Catuama, Jaboatão, Moreno, Vitória de Santo Antão, Cabo, Ipojuca, Escada, Tamandaré, Barreiros, Sirinhaém e Rio Formoso (COSTA, 2019, p. 96).

A consolidação da imagem do Imperador

A adequada promoção da figura do rei é fundamental para a sobrevivência das monarquias, independentemente das virtudes e caráter do príncipe: um rei forte pressupõe um Estado forte. A imagem do monarca e a criação de símbolos de poder é estudada pelas casas reais que buscam garantir a aceitação popular adaptando-os ao contexto social. Sendo uma das principais beneficiárias do regime monárquico, a elite participa ativamente na construção da representação do rei, promovendo eventos grandiosos e solenes e edificando monumentos (SCHWARCZ, 2001 p. 18-22). Rituais como o beija-mão[10], o te-déum[11], cortejos e procissões assim como a concessão de títulos nobiliárquicos e comendas das ordens imperiais fazem parte dessa simbologia, reforçam o sistema e as hierarquias sociais e induzem que as diferenças sociais sejam assimiladas e aceitas como uma ordem natural das coisas (BOURDIEU, 1989 p. 10 e 11). A realização destes rituais, fundados no uso de etiquetas e bastante teatralidade, pressupõe a participação tanto da fina flor da sociedade quanto da população em geral para que se alcancasse os objetivos de dignificação da figura do rei.

O esmero nos preparativos para a recepção do casal imperial, a postura diligente adotada por D. Pedro, a cuidadosa seleção de locais de visitação e eventos, além dos relatos detalhados em seu diário, apontam para um claro e

[10] O ritual de beija-mão representa a submissão e aceitação da monarquia tanto pela elite como pela população menos abastada. Também é a oportunidade de, através do contato pessoal, o súdito fazer seus pedidos ao rei. Trazido para o Brasil por D. João VI, no segundo reinado o ritual foi utilizado em ocasiões especiais como solenidades, deslocamentos e retornos do monarca para longe da Corte e aniversários. (SCHWARCZ, 2001 p. 498 a 506).

[11] O te-déum é um hino entoado nos cultos católicos e nos rituais de ação de graças, principalmente nos eventos solenes. O ritual religioso durante as solenidades de boas-vindas do Imperador Pedro II nas cidades pernambucanas compunha-se da execução do te-déum e não da celebração de missas, como aconteceu, por exemplo, nas cidades de Recife, Goiana, Cabo, Serinhaém, Rio Formoso e Vitória.



estratégico objetivo da coroa em produzir e reforçar as representações do Império e do Imperador no imaginário popular. A imagem nº 1, uma litografia produzida em 1861 por Alphonse Léon Noël que retoca fotografia de Victor Frond datada entre 1858/1859, demonstra a importância dada à figura do Imperador pela coroa. D. Pedro é retratado cercado de livros, com postura imponente e portando a insígnia da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul[12].

Imagem nº 1 - D. Pedro II em 1861



Fonte: Litografia de Alphonse Léon Noël (1861), sobre fotografia de Victor Frond (1858/1859). Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/ brasiliana/handle/20.500.12156.1 2944>. Acesso em: 06 de julho. 2019.

Uma análise da rígida rotina empreendida por D. Pedro em Pernambuco permite inferir que a imagem que pretendia para si de um rei diligente, empreendedor, impoluto, conciliador, culto, religioso, benevolente, popular e patrono da educação e cultura.

Deslocou-se a pé, a cavalo, de trem ou de barco e buscou prestigiar conservadores e liberais, dispensando tratamento igualitário entre as principais

[12] Ressalte-se que na fotografia original de Victor Frond não consta o globo no cenário. O desenho da peça foi incluído posteriormente por Alphonse Léon Noël, com o provável intuito de reforçar a imagem do Imperador como um homem ligado à ciência. Veja-se a fotografia original em: (LAGO; LAGO, 2013, p.30).



oligarquias pernambucanas (Cavalcanti de Albuquerque e Rego Barros). Percorreu repartições públicas, quartéis e empresas responsáveis por prestar serviços à população, como a companhia de gás, de fornecimento de água potável, de tratamento de águas servidas e a de construção da ferrovia, fazendo diversas críticas quanto ao funcionamento destas instituições. Caminhou pelas ruas acompanhado pela multidão além de reservar tempo para receber aqueles que quisessem lhe falar. Enquanto chefe da Igreja Católica no Império, participou de diversas solenidades religiosas (incluindo te-déuns e procissões), visitou instituições de caridade e fez doações a entidades beneficentes ou diretamente à população. Visitou a Faculdade de Direito do Recife e escolas de ensino básico nas cidades que percorreu, sempre procurando aferir o nível de conhecimento de alunos e professores. Esteve por duas vezes no gabinete de história natural instalada no Ginásio Pernambucano[13], assistiu espetáculos nos teatros de Santa Isabel e Apolo e demonstrou conhecimento sobre período holandês em Pernambuco.

D. Pedro adotou uma postura austera, porém cordial, em todas as visitas que realizou. Repetiu em cada cidade o roteiro programado e incluindo outros pontos de interesse particular do monarca, em especial os relacionados aos holandeses.

As detalhadas anotações em seu diário refletem a intenção de D. Pedro em fazer registros que enaltecessem sua reputação para a posteridade (FRAGA, et al., 2011). Segundo Schwarcz[14], “seu interesse maior era formar uma imagem, através de seus deslocamentos pelo País e pelo Exterior, para evitar o desmembramento da Nação. Isso está bem nítido nos diários”.

De acordo com Arlette Farge (2009, p. 15-16), quem escreve um diário íntimo pretende aspira ser descoberto e acredita “que os acontecimentos de sua vida tinham que ser redigidos”. Essa intenção do Imperador fica clara quando ele se dirige aos futuros leitores justificando que “o diário vai escrito muito à pressa porque precisa descansar”[15].

A impressa pernambucana também foi um veículo fortemente utilizado para divulgação e exaltação da imagem do imperador, ajudando a criar um clima de grande expectativa para a visita imperial, além de servir de veículo para as

[13] Fundado em agosto de 1855 pelo professor de ciências naturais e médico Louis Jacques Brunet
[14] Disponível em: <https://istoe.com.br/28976_O+IMPERADOR+O+HAXIXE+E+AS+PULGAS+/>. Acesso em: 29 de jun. 2019.
[15] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 22 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).



declarações públicas de apreço a D. Pedro II e à imperatriz D. Teresa Cristina. Os principais jornais da época (Diário de Pernambuco, O Liberal Pernambucano, Jornal de Recife e O Monitor das Famílias) fizeram ampla cobertura dos preparativos para a chegada e dos eventos em que o casal de monarcas tomou parte, colaborando com a fixação da figura do Imperador e da Imperatriz na memória da população pernambucana. Existia da parte do Imperador um grande interesse em saber como era percebido pelos principais periódicos. Tal interesse ficou revelado na anotação em seu diário do dia 22 de dezembro de 1859, sua intenção de juntar os jornais que descrevessem dois eventos que tomou parte nesse dia: a inauguração do Jockey Clube do Recife e o grande baile de despedida promovido pela Associação Comercial. (COSTA, 2019, p. 110 a 115).

Alguns eventos em que o casal imperial tomou parte refletem de forma inequívoca a intenção de D. Pedro em fortalecer sua própria imagem e da instituição monárquica. Um deles foi a procissão de Corpus Christi, que partiu da Igreja do Divino Espírito Santo[16] em 27 de novembro de 1859. A população acompanhava em massa as procissões religiosas que, por sua forte conotação político social, eram rituais amplamente utilizado pelas monarquias para reafirmar seu poder.

D. Pedro utilizou a ocasião para colocar lado a lado as principais lideranças políticas pernambucanas (3 deputados gerais e 2 senadores), além do ministro do Império, que o acompanhou na viagem ao Norte do país, e dos presidentes da província de Pernambuco, do Tribunal das Relações e da Associação Comercial. Estavam presentes, assim, os quatro poderes do Império: Moderador, Executivo, Legislativo e Judiciário. As oligarquias Cavalcanti de Albuquerque e Rego Barros, em situação de conflito e cuja conciliação parecia ser uma das metas buscadas durante a viagem, foram representados no préstito por Francisco do Rego Barros, o futuro Conde da Boa Vista, Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o então Barão de Suassuna e por seu irmão Pedro Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o então Barão de Camaragibe.

[16] Mesma igreja onde tomou lugar o te-déum realizado por ocasião do desembarque da comitiva. Ver mais sobre a Igreja do Divino Espírito Santo no site da FUNDAJ. Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=655:igreja-do-divino-espirito-santo-recife-pe>. Acesso em 11 de jul. 2019.



Aqueles que conduziram o andor "tiveram convite especial mandado fazer por ordem de sua Majestade o Imperador" [17] e sobre a procissão de Corpus Christi, D. Pedro afirmou "que foi concorrida estando as ruas cheias de povo" (PEDRO II, 1859)[18].

A procissão ofereceu a oportunidade de o Imperador realizar uma aparição pública como um governante forte, chefe da igreja e do Estado, líder das elites políticas, econômicas e jurídicas e capaz de apaziguar os conflitos entre os diversos grupos políticos da província.

O suntuoso baile de despedida promovido pela Associação Comercial de Pernambuco constituiu outro evento que enalteceu a imagem do Imperador. Realizado em 22 de dezembro de 1859, dois dias antes da partida do casal imperial para a Paraíba, o baile retratou a posição social, econômico e político da província e contou com a presença de mais de 1.400 convidados da fina flor da sociedade pernambucana. Com a participação do D. Pedro e de D. Teresa Cristina em 5 contradanças, sempre com pares diferentes, o baile ocupou o edifício recém-construído do Hospital Pedro II[19]. Fizeram par com os monarcas os mais destacados políticos, senhores de engenho e comerciantes de grosso trato que comandavam a política local e suas senhoras (BARATA; VIANA, 2012). Os grandes comerciantes, promotores do baile, também participaram das contradanças com o casal imperial. Conforme matéria do Jornal do Recife de 24/12/1859:

> O baile dado na noite de quinta-feira pela Associação Comercial beneficente foi uma festa grandiosa como, gênero, Pernambuco não tem visto outra. Às 9 horas e meia da noite, os três enormes salões do primeiro andar do edifício Pedro II, com 200 palmos de cumprimento cada um, convenientemente ornados e alumiados a gás, continham para cima de 1400 convidados.

Condecorações distribuídas na volta do Imperador à Corte

Visando reconhecer as manifestações de apreço recebida e as demonstrações de fidelidade à coroa, assim como o reforçamento da imagem do Império e da figura do Imperador enquanto chefe de Estado, em 14 de março de

[17] Conforme publicado no Diário de Pernambuco de 01 de dezembro de 1859, segunda página. Disponível em <https://ufdc.ufl.edu/AA00011611>. Acesso em 04, ago. 2019.
[18] Idem, dia 27 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).
[19] Conforme relatado no Jornal do Recife, edição de 24/12/1859.



1860[20] D. Pedro II agraciou com títulos de Viscondes e Barões diversas personalidades pernambucanas. Além dos títulos de nobreza, comendas das Imperiais Ordens da Rosa[21] e do Cruzeiro foram entregues em reconhecimento à hospitalidade sua estada na província. As condecorações visam, igualmente, firmar/reforçar os laços entre os agraciados e a instituição monárquica, em outras palavras, "empoderar as lideranças locais em troca do compromisso dessas com a coroa e o governo" (COSTA, 2019, p. 102).

Dentre os títulos de nobreza distribuídos entre os pernambucanos, estão um de Veador da Casa Imperial, dois Viscondes e sete Barões. Da Ordem da Rosa distribuiu-se um título de Grande Dignitário, um de Dignitário, vinte e oito de Comendadores, oitenta e um de Oficiais e oitenta e quatro de Cavaleiros. Da Ordem de Cristo, foram nomeados nove Comendadores e trinta e seis cavaleiros (AULER, 1957). As mais altas condecorações foram destinadas aos principais políticos da região, deixando transparecer o caráter político da viagem ao Norte do país. Os Rego Barros e os Cavalcanti de Albuquerque foram agraciados com os títulos mais elevados.

Além das duas oligarquias, receberam títulos de nobreza o presidente da província, Luiz Carlos Barbalho Muniz Fiuza, três senhores de engenho, um Conselheiro de Guerra além de um destacado comerciante. As comendas das ordens imperiais foram entregues a Deputados Gerais, tanto apoiadores quanto opositores do governo na questão bancária, religiosos, comerciantes além de ocupantes de cargos públicos. Em resumo a coroa selou vínculos com toda a elite da sociedade pernambucana (COSTA, 2019, p. 103-104).

Considerações finais

A rígida rotina que cumpriu, a austeridade demonstrada, a preocupação em se mostrar à população nos passeios pelas cidades, o rigor das inspeções demonstrados durante as visitas, além das detalhadas anotações em seu diário,

[20] Data do aniversário natalício da Imperatriz D. Teresa Cristina.
[21] A Ordem da Rosa foi criada em 1829 por D. Pedro I na ocasião de seu casamento com D. Amélia de Leuchtenberg. A insígnia foi desenhada por Jean Baptista Debret e possuía mais graus que as demais ordens portuguesas e brasileiras existentes: cavaleiro, oficial, comendador, dignitário e grã-cruz. D. Pedro I concedeu em seu reinado 189 insígnias, já D. Pedro II, agraciou com esta ordem 14.284 cidadãos. (Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/ Imperial_Ordem_da_Rosa>. Acesso em: 15 mai. 2019)



deixam claro a importância dada por D. Pedro em construir estrategicamente a sua imagem e de fixá-la na memória popular. O Imperador impressionou a população mostrando-se cordial, experiente nas coisas de Estado e preocupado com o progresso do país sendo a viagem, neste aspecto, considerada um sucesso (COSTA, 2019, p. 104)

Conforme relata Barman:

> D. Pedro II desempenhava o papel de um monarca, enquanto a bondade e cordialidade de D. Tereza Cristina conquistaram universal respeito e afeição. Uma empreitada muito eficaz que dissipou qualquer sentimento republicano latente e consolidou o apoio do Nordeste (sic) ao regime. A visita pode ser considerada como um ponto alto do reinado (BARMAN, 2012, p. 275).

Para que a imagem do rei permanecesse no imaginário popular, alguns locais e ruas foram renomeados[22] por deliberação da Câmara Municipal do Recife: o pátio do Colégio passou a ser chamado de Praça Pedro II; a Rua do Colégio até a esquina do Convento de São Francisco, Rua do Imperador D. Pedro II; os jardins do palácio tornou-se Campo da Princesas, e o aterro da Boa Vista, a Rua da Imperatriz D. Teresa Cristina.

Referências

AULER, Guilherme. *D. Pedro II - Viagem a Pernambuco em 1859.* In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1952.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; VIANA, Regina Cascão. *Baile no Recife em 22.11.1859*. In: Colégio Brasileiro de Genealogia. Rio de Janeiro: 2012.

BARMAN, Roderick J. *O Imperador Cidadão*. São Paulo: Unesp, 2012. Tradução de Citizen Emperor.

BEDIAGA, Begonha. *Diário do Imperador d. Pedro II, 1840-1891*. Org. Vols. 3 - Viagem à Costa Leste, 2ª parte - Pernambuco. Petrópolis-RJ: Museu Imperial, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado:* trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da

[22] Diário de Pernambuco na edição de 7 de dezembro de 1859



Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em História. Recife, 2011.

COSTA, Ana Cristina Bezerra. *O Império e o Imperador através da viagem de D. Pedro II à província de Pernambuco em 1859*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em História. Recife, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Pedro II* - ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Coleção Perfil).

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, edições de 266 a 300. 1859. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/00002/allvolumes>.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FRAGA, Alessandra B F; MARTINS, Thais C. *O hábitus e o hábito de d. Pedro II*: novos olhares sobre os diários do imperador. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, 2011.

JORNAL DO RECIFE, edições de 1 a 53. 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20185&pesq=>.

PEDRO II, dom. 1859. Diário do Imperador d. Pedro II, 1840-1891. Org. BEDIAGA, Begonha. Vols. 3 - Viagem à Costa Leste, 2ª parte - Pernambuco. Petrópolis-RJ: Museu Imperial, 1999.

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira.* Rio de Janeiro: Atlântica, 2004. (Coleção Brasilis).

SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em Procissão*: ritos e símbolos do segundo reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. - Obs. as informações de página, referem-se a posições no e-Book.